

CONSUMO TERRITORIAL: APONTAMENTOS PARA PESQUISA-AÇÃO NO SISTEMA AGROALIMENTAR DO LITORAL CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA

Eduardo Firak Cordeiro, licenciado em Ciências Sociais,
Membro do Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento –
NMD/UFSC

Marcelo Ometto Filippini, graduando em Ciências Sociais,
Membro do Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento –
NMD/UFSC

Introdução

O objetivo deste trabalho é apontar as contribuições da metodologia de pesquisa-ação para o estudo do sistema agroalimentar, tal estudo, em vias de iniciar, pretende contribuir para uma pesquisa já em andamento no local. Nossa linha de argumentação é construída a partir da caracterização da crise socioambiental e seus reflexos no sistema agroalimentar, apontamos o potencial da politização da dimensão do consumo e de suas relações subjacentes ajustado ao enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável para a superação das dificuldades locais.

Somado ao forte monopólio na distribuição alimentar, também se observa que mais de 80% da compra de alimentos se realiza em redes de supermercados de grande porte, denotando o reduzido espaço de manobra que os consumidores encontram em suas compras e a grande dificuldade que os produtores têm para alcançar os consumidores, distanciando assim a produção do consumo. Este modelo de distribuição tem graves implicações não apenas para o agricultor e para o consumidor. Afeta também o desenvolvimento territorial, o comércio local, o meio ambiente e o próprio estilo de consumo (VIVAS, 2007).

Diante este contexto, tem se diagnosticado que passadas mais de três décadas da divulgação do relatório do Clube de Roma em 1972 – Limites do crescimento material (MEADOWS, 1978), as ações empreendidas para o enfrentamento da crise sócioambiental tem sido ambíguas, fragmentadas e sem capacidade de fazer jus à complexidade da temática, que engloba desde a redução das desigualdades no interior de cada país e entre países, à consolidação de novos arranjos institucionais capazes de controlar a evolução técnica, como também, a necessidade de internalização de uma nova relação homem-natureza (VIEIRA e HOGAN, 1992; CORDEIRO e GAMERO, 2008).

Não são apenas os consumidores que afetam a dinâmica do consumo, mas também por aqueles cujas ações indiretamente moldam a procura e compra de bens e serviços. Mesmo sendo importante a preocupação com os impactos físicos do consumo, por ameaçar a integridade dos ecossistemas, as dimensões sociais e políticas integram necessariamente o espaço de enfrentamento da crise socioambiental. Trata-se de não desconsiderar as questões de equidade no acesso aos recursos naturais, da distribuição equitativa da riqueza produzida e dos riscos e impactos negativos do consumo (PORTILHO, 2004).

As zonas costeiras representam um dos biomas mais ameaçados pela tendência modernizadora. Nelas ocorrem a interação entre os ecossistemas terrestres e marinhos, configurando um rico patrimônio natural e cultural. Na zona costeira brasileira, sob

pressão intensa da industrialização e da urbanização, podem ser encontrados remanescentes do bioma da Mata Atlântica, reduzido a 7% de sua área original.

Correspondendo aos interesses da proposta de pesquisa, atribuí-se um destaque especial ao enfoque analítico de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que representa uma concepção sistêmica de desenvolvimento, integrando as dimensões socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioecológicas reportando para a pesquisa-ação a ferramenta necessária. Orientado pelos princípios do conceito de ecodesenvolvimento, trata de conceber estratégias consideradas ecologicamente prudentes, socialmente equitativas, politicamente descentralizadas e economicamente solidárias (SACHS, 2007; VIEIRA, 2007).

Este trabalho é um esforço de pesquisa articulado com as ações desenvolvidas no âmbito do Fórum da Agenda 21 Local em realizar um diagnóstico e um plano estratégico de ação do sistema agroalimentar local. A intenção deste trabalho é contribuir no adensamento de pesquisas nesse território, onde vêm sendo registrado iniciativas pioneiras de criação de novos espaços participativos de planejamento e gestão, a exemplo do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera e do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca.

Tecendo alguns fios da complexa trama contemporânea

É notório que o desenvolvimento da ciência trouxe uma quantidade de vantagens associadas à intensificação da divisão do trabalho. No entanto, ao mesmo tempo, vem gerando a superespecialização, o confinamento e a fragmentação do saber. (MORIN, 2000)

Mesmo com o acúmulo de evidências sobre o aumento tendencial do volume de impactos destrutivos da ação humana sobre a dinâmica de evolução dos ecossistemas, a ponto de ameaçar diretamente as pré-condições de sobrevivência da espécie no longo prazo (MEADOWS, 1978), a crise do meio ambiente tem sido vista como uma perturbação inoportuna e temporária. Soma-se a isso o fato das demandas sociais e as ações governamentais estarem sendo efetivadas sob carência de informações pertinentes e atualizadas face ao aprofundamento da crise planetária do meio ambiente.

No bojo do desmantelamento do setor público dos países do Sul encontra também a existência de vários registros de experiências originais de auto-organização socioeconômica e sociopolítica no nível local, denotando processos de recriação de identidades rurais. Dessa maneira uma nova lógica de organização territorial do desenvolvimento se contrapõe ao ajustamento passivo imposto pela globalização de inspiração neoliberal (VIEIRA, 2007)

Os riscos e danos socioambientais perderam sua limitação espaço-temporal e são hoje globais e permanentes. De modo que a “ida as compras” tornou-se uma possibilidade estratégica de enfrentar a incerteza aguda e enervante, e contra um sentimento de insegurança incomodo característico dos tempos atuais (BAUMAN, 2001).

Numa dinâmica de crescente mercantilização de praticamente todas as dimensões da vida (BAUMAN, 2000, 2001; BOFF, 1996; CANCLINI, 1996; KUTNER, 1998; VIEIRA, 2002), os efeitos da dinâmica consumista são múltiplos. Um deles diz respeito à

acentuação da velocidade, da volatilidade e efemeridade dos produtos, caracterizando-se pela fluidez ou “liquidez”, que inverte o tema da confiabilidade/ durabilidade para a velocidade/ descartabilidade/ reciclagem.

Os riscos de conflitos por recursos naturais, fome, migrações internacionais e refugiados ecológicos tendem a aumentar na medida em que os países desenvolvidos continuarem promovendo uma distribuição desigual do uso dos recursos naturais e os países do Sul continuar reivindicando o mesmo modelo de desenvolvimento predatório, tornando impossível a contenção do consumo global dentro de limites sustentáveis. Este quadro aponta para a percepção ética de que todos os países e grupos sociais devem ter direitos proporcionais no acesso e utilização dos recursos naturais, uma luta para que além do *nosso futuro, nosso presente* também seja *comum*. (PORTILHO, 2005b)

A discussão quanto a questão do impacto ambiental do consumo e as vertentes de “consumo verde” e “consumo político” é analisada com maior densidade em outro momento (CORDEIRO e GAMERO, 2008; CORDEIRO et al: 2009).

Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável: repensando a problemática ambiental sob a ótica sistêmica.

Os obstáculos da mudança paradigmática proposta podem ser sintetizadas da seguinte maneira: nas últimas três décadas uma política ambiental de corte preventivo-proativo tem estado em segundo plano, somado a dissociação existente entre objetivos expressos nos textos e discursos sobre política ambiental e as opções reais adotadas de desenvolvimento num contexto de abertura à globalização, e a especificidade da cultura política brasileira (precário controle social; assimetria de poder federal/estadual/municipal; desigualdade na distância dos custos socioambientais).

Num segundo conjunto de obstáculos está o estado atual de degeneração funcional das instituições políticas expresso nos interesses contraditórios e corporativos no interior da máquina de gestão pública e na falta de transparência das tomadas de decisão. E ainda perdura um déficit instrumental para promoção de uma ecologização efetiva do conjunto das políticas públicas (RIBEIRO: 2000).

E por final, a carência institucional existente na operacionalização das diretrizes de gestão integrada e participativa dos recursos naturais e do meio ambiente, inserida numa crise de legitimidade do sistema de gestão que se expressa na carência de uma articulação orgânica das agências do setor público com o sistema nacional de ciência e tecnologia. Existe dificuldade na regulamentação jurídica dos novos princípios constitucionais e na compatibilização entre curto, médio e longo prazo. Frente a ausência de uma tradição contratual e negociada da sociedade civil nos processos de planejamento e gestão encontramos também uma agenda governamental atrelada a percepção da sociedade influenciada pelo mercado midiático. E ainda estamos diante de novas situações para as quais não há uma base confiável de conhecimento técnico-científico (VIEIRA: 2007).

As lutas contra as agressões ambientais são lutas pela construção da esfera pública na natureza, e pela introdução da política na gestão do meio ambiente. É através da política que se promoverá a desprivatização do meio ambiente e se garantirá o respeito aos direitos ambientais das populações, num contexto onde a crise é resultado da invasão da esfera pública pela esfera privada.

Pois as agressões ambientais são a expressão da imposição do interesse de poucos sobre o mundo de todos, afetam portanto o próprio interesse público. A poluição é uma expressão deste jogo, pois consiste em um processo de consumo forçado de substâncias poluentes por indivíduos que não estabeleceram nenhum contrato voluntário. Existe de fato um relação de troca forçada, pela qual um certo número de empresas obriga regularmente milhares de indivíduos a consumirem substâncias para as quais inexistente demanda monetária.

Percebe-se assim que todas as vítimas de agressões ambientais sofrem, involuntariamente, as conseqüências da ação privada de certos agentes econômicos sobre o meio ambiente comum, salientando ainda que tais vítimas em nenhum momento firmaram qualquer contrato em que fixassem seu consentimento para com as práticas de que são vítimas. Ante a impossibilidade de escolher, as vítimas das agressões ambientais tem seus direitos gravemente desrespeitados (ACSELRAD: 1992).

É necessário pensarmos hoje que a depredação ambiental é levada a cabo pela mesma lógica que engendra os fenômenos de exclusão e miséria, a mesma lógica que hoje despovo a esfera pública, que luta para suprimir os direitos sociais, também luta para negar o direito socioambiental das populações atingidas por agressões ao meio ambiente, como acontecem com os agricultores, os seringueiros, os pescadores artesanais, os índios, etc.

Frente ao esgotamento do “modelo de desenvolvimento catarinense” é necessário detectar novos espaços de manobra para gestão de estratégias de desenvolvimento voltados para erradicação da pobreza e a integração, na economia estadual e nacional, dos pequenos empreendimentos individuais e coletivos. O que, no entanto, pressupõe descartar a cópia de “modelos”, a convivência com a incerteza, a sintonia com a diversidade de situações e explorar brechas na organização social e política que possam favorecer a internalização dos eixos estratégicos e a aplicação das proposições da Agenda 21 (VIEIRA: 2007).

Diante a crise do mundo rural e degradação intensiva da qualidade de vida no meio urbano o Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS, aparece como prioridade na agenda ambiental brasileira. Tal estratégia de gestão pressupõe a elaboração mais rigorosa do conceito de autonomia local, procurando uma efetiva instauração dos princípios de subsidiaridade e de interdependência negociada através de um tecido cultural gerador de estratégias endógenas/autodeterminadas de desenvolvimento que signifiquem empoderamento das comunidades envolvidas.

Apontamentos metodológicos

“Dentro de uma concepção de conhecimento que seja também ação, podemos conceber e planejar pesquisas cujo os objetivos não se limitem à descrição ou à avaliação(...) Precisamos produzir idéias que antecipem o real ou que delineiem um ideal.” (Thiollent: 1992, p. 74)

Conforme Thiollent (1992) a pesquisa ação é um tipo particular de pesquisa social com base empírica em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, se configuram num ambiente onde os pesquisadores e participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Seus principais aspectos são: ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas ou grupos envolvidos; desta ação surge a ordem de prioridade dos problemas a serem encaminhados sob forma de ação concreta; o objeto de pesquisa é constituído pela situação social e pelos problemas encontrados em tal situação; seu objetivo é resolver ou esclarecer os problemas da situação observada; acompanhamento das decisões, das ações e de toda atividade intencional dos atores da situação; não se limita a uma forma de ação (ativismo), pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas ou grupos considerados.

Assim na pesquisa ação a definição dos objetivos está imbricada na dimensão prática, ou seja, naquilo que pretende contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado, com levantamento das soluções e propostas de ações correspondentes busca meios para auxiliar o agente na sua atividade de transformação da situação, e na dimensão do conhecimento, busca por obter informações que seriam de difícil acesso por meios outros e assim aumentar nosso conhecimento de determinada situação. Enfatizando que deve estar voltada para o estabelecimento de um equilíbrio entre as suas três principais características: resolução de problemas, tomada de consciência (conscientização) e produção de conhecimento.

Não se trata simplesmente de ação ou participação, estamos procurando realizar ao estar em sintonia com as reflexões elaboradas pelos adeptos da pesquisa ação, produzir conhecimento, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das estratégias de politização do consumo num horizonte do desenvolvimento territorial sustentável.

Como se trata de uma pesquisa-ação é imprescindível a busca pela apropriação comunitária das estratégias de intervenção e de novos instrumentos de gestão capazes de alimentar uma relação sinérgica entre a esfera da produção de conhecimento e a esfera da ação planejadora.

Sistema agroalimentar do litoral centro sul de Santa Catarina

A área de abrangência deste estudo compõe dois municípios: Garopaba e Imbituba, e foram escolhidos pois apresentam uma dinâmica de desenvolvimento similar fortemente influenciada pelo setor turístico. Tal escolha também se deve ao fato destes dois municípios fazerem parte do território de atuação do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera e comporem a área de abrangência do *Projeto Desenvolvimento Territorial: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do estado de Santa Catarina* realizado no âmbito do NMD – Núcleo Transdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento, coordenado pelo professor Dr. Paulo Henrique Freire Vieira.

Através da implantação da rodovia BR-101 nos anos 70 engendrou uma dinâmica migratória que resultou na urbanização maciça e desordenada. Marcada de forma intensa pelo desenvolvimento do turismo de massa em um regime de livre acesso, as transformações socioambientais marcaram expressivamente a região e sua trajetória de desenvolvimento, são elas: intensas modificações no estilo de vida das populações autóctones; mudanças na relação com a terra devido a alta especulação imobiliária; o desenvolvimento de necessidades de consumo baseadas no moderno padrão urbano-industrial. Os mais jovens acabam lançando mão das atividades pesqueiras e agrícolas para

ocupar um lugar no setor turístico. A região carece de um sistema de planejamento do desenvolvimento local preventivo e proativo que possibilite enfrentar os desafios engendrados pelo turismo de massa (ARAÚJO: 2008).

A procura por uma abordagem multidisciplinar da alimentação implica na abertura das fronteiras das disciplinas que estudam o tema como também implica em novos quadros interpretativos e metodológicos. A noção de “sistema agroalimentar” procura ser uma resposta a dificuldade em analisar a tema da alimentação, e opera buscando evidenciar as relações com os sistemas de produção e distribuição, mas também os valores, as representações e as necessidades da população para além de explicações unicamente culturais, econômicas, sociais ou nutricionais.

A análise do sistema agroalimentar requer considerar todos as variáveis que envolvem o consumo alimentar, desde as relações existentes entre os produtores, distribuidores e consumidores, às especificidades locais, ligadas aos aspectos culturais. Pois as relações que se estabelecem entre produção e consumo não são meramente econômicas, uma gama de outros fatores compõe a problemática da alimentação. Para compreender as lógicas que operam dentro de um sistema agroalimentar faz-se necessário conhecer as estratégias dos vários agentes sociais em todas as etapas da cadeia agroalimentar e as relações que estabelecem entre si, associado a perspectiva histórica que permite demonstrar as transformações ocorridos no decurso do tempo.

Referencias Bibliográficas

ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, H. (Org.) Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

ARAÚJO, Guilherme Pinto de. Trajetória do turismo no litoral centro-sul de SC : impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Florianópolis, SC, 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Aquicultura

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Giddens, A. *et alii*. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

BOFF, L. Dignitas Terrae. Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1996.

CANCLINI, N. Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CORDEIRO, Eduardo F.; FILIPPINI, Marcelo O.; MOLZ, Manfred. Consumidores e produtores tecendo novas redes de sustentabilidade: os desafios de uma experiência de extensão universitária em Florianópolis/Sc. Artigo apresentado na oficina do Nead/MDA no II Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social, Brasília, 2009.

CORDEIRO, Eduardo F.; Gamero, Priscila D. A politização do consumo no enfrentamento da crise socioambiental – limites e possibilidades. Artigo apresentado no IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008.

- HIRSCHMAN, A. De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KUTNER, R. Tudo à venda – as virtudes e os limites do mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MEADOWS, D. (Org.) Limites do crescimento. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MORIN, E. A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- PORTILHO, F. Limites e possibilidades do consumo sustentável. In: Mônica Serrão. (Org.). Educação, ambiente e sociedade: temas e práticas em debate. 1a ed. Serra - ES: CST, 2004, v. , p. 73-96.
- PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. III, p. 3, 2005a.
- PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005b.
- RIBEIRO, M. A. Ecologizar – Pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Roma, 2000.
- SACHS, I. Rumo a ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.
- THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 5. ed. Sao Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- VIEIRA, P. F. E HOGAN, D. J. (Orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- VIEIRA, P. F. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. Texto apresentado no 8º Encontro Nacional de Ensino Agrícola. Camboriú – Sc, 2002.
- VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. De Estocolmo a Joanesbugo. In: Sachs, I. Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.